

DECLARAÇÃO

....., portador(a) do RG nº
..... e do CPF nº,
DECLARO sob as penas da lei, para os fins do disposto no artigo 14 da Resolução
nº 021/2009-PGJ, de 14.12.2009¹, que tenho ciência de que não poderei ser
supervisionado ou orientado, diretamente subordinado a membros do Ministério
Público ou servidor investido de cargo de direção, chefia ou assessoramento na
condição de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil, inclusive, e
num eventual caso de impedimento deverei comunicar ao Setor de Gestão de
Estagiários - GED, para as devidas providências.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

....., de.....de 20.....

Nome do declarante

¹ Art. 14. É **vedada** ao **prestador de serviço voluntário** especificado nos parágrafos 1º e 2º do artigo 9º, dessa Resolução, atuar sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Ministério Público ou servidor investido de cargo de direção, chefia ou assessoramento que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil, inclusive.